

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## AÇÕES EXTENSIONISTAS JUNTO A COMUNIDADES

### PERIFÉRICAS:

#### O programa de extensão Comunidades FURG e a cidade de Rio Grande

Ricardo Henrique Ayres Alves

Instituto de Letras e Artes

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

[ricardohaa@gmail.com](mailto:ricardohaa@gmail.com)

Jean Tiago Baptista

Orientador

Instituto de Ciências Humanas e da Informação

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

[jeantb@hotmail.com](mailto:jeantb@hotmail.com)

Treyce Ellen Silva Goulart

Instituto de Ciências Humanas e da Informação

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

[treyce.ellen@hotmail.com](mailto:treyce.ellen@hotmail.com)

Tony Boita

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal de Pelotas - Ufpel

[tonyboita@hotmail.com](mailto:tonyboita@hotmail.com)

Resumo: O programa de extensão universitária Comunidades FURG – COMUF é uma iniciativa extensionista na Universidade Federal do Rio Grande que visa atender as demandas de grupos periféricos da cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A cidade com quase 200 mil habitantes caracteriza-se por uma situação de grandes diferenças sociais entre suas populações e enfrenta hoje um processo de crescimento rápido devido à construção de plataformas de petróleo em seu porto. Porém tal desenvolvimento econômico

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

não resulta necessariamente em distribuição de renda ou mesmo em políticas públicas para as populações periféricas. O programa trabalha através quatro projetos: Quilombolas Somos nós, que prevê a pesquisa documental e oral bem como o auxílio ao coletivo de estudantes negros da FURG – Macanudos além de a criação de uma política de vagas para estudantes quilombolas na FURG. Os esforços dos extensionistas em conjunto com o interesse comunitário resultaram no autorreconhecimento e na fundação da comunidade quilombola dos Macanudos, na Quintinha (documentação encaminhada à FCP); na realização da I Roda de Memórias Quilombolas, que reuniu as duas famílias quilombolas que habitam o município de Rio Grande; no levantamento de fontes áudio visuais que comporão o Dossiê Nosso Patrimônio Quilombola e na criação de vagas específicas para membros das comunidades remanescentes de quilombos, de todo o Brasil. O projeto Kaingang's no Cassino, que também trabalha a pesquisa documental e oral, bem como o apoio aos estudantes indígenas na universidade, que há dois anos tem realizado esforços a fim de garantir a vinda de famílias indígenas provindas da região de Iraí e que retiram da venda de artesanato durante o verão a renda que lhes garantirá a subsistência durante o restante do ano. Memória e Resistência LGBT, que trabalha junto ao grupo de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros bem como através da pesquisa documental e oral além de apoiar o Coletivo Estudantil de diversidade sexual e identidade de gênero - Camaleão. O quarto projeto chama-se Saberes e Fazeres, cujo resultado principal foi a criação da lei municipal 6972 que salvaguarda o modo de fazer tradicional da Jurupiga, uma bebida típica produzida na ilha dos marinheiros.

Palavras-chave:

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

O Programa de Extensão em Defesa do Patrimônio Comunidades + FURG (COMUF), a partir do segundo semestre de 2010, tem atuado junto aos grupos comunitários da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, tendo atuado prioritariamente nas áreas periféricas e distritos de Rio Grande (Taim, Povo Novo, Quinta, Ilha Lagunares de Rio Grande: Marinheiros, Torotama e Leonídio) além de municípios relacionados, como São José do Norte, Iraí, São Miguel das Missões, Mostardas, Olhos d'água e Povo Novo.

O Programa - coordenado pelo Professor Doutor Jean Baptista, que leciona nos cursos de História da Universidade Federal do Rio Grande, a FURG - é elaborado a partir das demandas levantadas junto aos mais diversificados grupos moradores da área citada e é composto por acadêmicos provenientes ou que possuam noções de pertencimento junto às regiões nas quais são estabelecidos espaços de ações-pesquisas-ações. Nos anos de 2012 e 2013, as atividades extensionistas propostas e efetuadas foram e serão financiadas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC – por meio do Programa de Apoio à Extensão Universitária, o PROEXT.

A cidade com quase 200 mil habitantes caracteriza-se por uma situação de significativas desigualdades sociais entre suas populações e enfrenta hoje um processo de crescimento rápido devido à construção de plataformas de petróleo em seu porto. Conforme recente artigo elaborado pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Flávio Tosi Feijó e a economista Danielle Trindade Madono,

Desde meados de 2006 a cidade do Rio vem atraindo inúmeros investimentos devido à implantação do polo naval. Se, por um lado, esses investimentos estimulam a economia do sul do Estado, por outro lado, também trazem mudanças significativas na sua rotina causando alterações estruturais e sociais. A cidade do Rio Grande começa a apresentar gargalos na sua infraestrutura, uma vez que em função do aumento populacional ocasionado pela migração causada pelas oportunidades de emprego no polo naval, o município começa a exibir déficits em alguns serviços. Já se pode observar uma pressão de demanda por serviços habitacionais, o que acaba tornando a oferta de imóveis insuficiente, inflacionando assim o mercado imobiliário de Rio Grande. Pode se notar também uma precariedade no

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

sistema de saúde e um tráfego urbano intenso, visto que, o número de veículos em circulação tem aumentado consideravelmente. Soma-se a isso a posição geográfica da cidade, que é delimitada lateralmente por águas, o que dificulta o crescimento da mesma em termos físicos. Conforme Mazui (2010), em vinte anos Rio Grande estará mudada. Como a cidade nasceu comprimida numa península da Lagoa dos Patos, só poderá crescer em direção a Pelotas e também no sentido sul. (FEIJÓ&MADONO, 2012:2)

Agregado aos pontos de análise citados pelos autores está o discurso sobre o investimento de cerca de 14 bilhões de reais destinados ao município. Entretanto, faz-se necessário questionar em que sentido os investimentos trarão desenvolvimento e, se o promoverem, a quem de fato favorecerá este processo. O que se verifica até o momento é que o desenvolvimento econômico não resulta necessariamente em melhor distribuição de renda ou qualidade de vida para a população em geral. No que tange às populações distritais e periféricas, localizadas nas regiões em direção às quais, conforme apontado pelos autores, a cidade crescerá, essas estão ameaçadas em seus modos tradicionais de produzir saberes. Por essa razão, torna-se imperativo que as Universidades, executando o seu compromisso social, atentem para tais populações extremamente fragilizadas pelo crescimento econômico e demográfico sofridos pelo município desde 2006.

O Programa COMUF, em defesa do Patrimônio Comunitário, tem manejado os conceitos de educação não formal, pesquisa-ação e comunidade. No que se refere à primeira categoria utilizada, podemos apontar os escritos da professora Maria Glória Gohn, que elucida as diferenças existentes entre educação formal, não formal e informal e suas especificidades. Podemos apreender que a prática da educação não formal da qual nos apropriamos possibilita uma inversão da postura tradicionalmente utilizada pelos pesquisadores. A extensão sob este viés aponta para a noção de que o educador é o “outro”, as comunidades com que interagimos cotidianamente e que são as detentoras de seus saberes. Gohn afirma que:

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

O método nasce a partir da problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas. [...] O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto no campo do simbólico, das orientações e das representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. (GOHN, 2006, p.31).

Tal abordagem confere à atividade de pesquisa e extensão o caráter dinâmico de troca, estabelecimento de elos e relações de reciprocidade e confiança. Para tanto, é imprescindível que exista, também por parte dos membros comunitários atendidos, motivação e participação efetiva nas atividades dos projetos que compõem o Programa. A aplicação desta metodologia tem tornado possível o cumprimento e atualização das demandas apresentadas pelas distintas comunidades da região assim como a produção de conhecimento acadêmico baseado em uma metodologia não hierarquizada e participativa. Dessa forma, partimos da criação de um conhecimento universitário para o pluriversitário (Santos, 2008).

Boaventura Souza dos Santos descreve as crises enfrentadas pela Universidade no final do século XX, as quais ocorreram inicialmente no âmbito dos questionamentos sobre o papel atribuído à Universidade cujos saberes, restritos e tradicionais, já não atendiam às necessidades estatais. Assim o Estado passa a recorrer a outras instituições produtoras de conhecimento, ocasionando a primeira crise, de hegemonia. Ao mesmo tempo, ocorria o processo de exigências sociais e políticas para que o espaço acadêmico deixasse de ser restrito e fosse democratizado, levando à segunda crise, de legitimidade. Por fim, durante a terceira crise, institucional, existiam as contradições entre a produção autônoma de conhecimentos e objetivos da instituição universitária em contraposição com a pressão

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

crecente à submissão a critérios de produtividade empresarial ou de responsabilidade social.

O momento descrito acima é caracterizado por Boaventura como o momento de produção de um conhecimento universitário, consensual e homogêneo que a “sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais relevante socialmente, é irrelevante para o conhecimento produzido” (Sousa, 2008: 29). A desestabilização causada pelas crises citadas colaborou na emergência de um outro modelo de conhecimento pluriversitário, cuja produção “pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica” (Sousa, 2008: 29-30).

O atual panorama aponta para a execução de atividades de extensão que se aproximem deste viés. Os pesquisadores extensionistas devem, portanto, estar atentos às questões do entorno; dispostos a colaborar na resolução dos problemas causadores da exclusão e discriminação, atendendo a grupos histórica e socialmente marginalizados. A dinâmica estabelecida por este olhar atento às demandas sociais propicia a aplicação da metodologia de pesquisa-ação a qual consiste na definição e execução participativa nos projetos. No que se relaciona ao Programa Comunidades FURG, temos apropriado tais métodos, ampliando seu significado, ao promover nas regiões selecionadas espaços de ação, que envolve levantamento das demandas comunitárias. O segundo passo é a execução de pesquisas que apontem para a resolução dos problemas apontados pelas comunidades como urgências ligadas à proteção de seus patrimônios materiais e imateriais. A partir dos resultados obtidos – os quais são acompanhados e partilhados entre todos os agentes envolvidos na ação, sejam pesquisadores extensionistas ou comunidades – as demandas são atualizadas, ocasionando novas ações.

Salientamos desta forma a atuação protagonista das comunidades nas atividades que lhes afetam e que esta postura está balizada em tratados nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Declaração oriunda da Conferência de Durban, em 2001, asseguram a consulta prévia assim como a garantia de promoção dos direitos das populações historicamente discriminadas. Os pressupostos expostos nos documentos elencados, entre outros, foram considerados na confecção da Carta das Missões, elaborada pelo Grupo de Trabalho formado a partir da Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Museologia Social do Rio Grande do Sul – REPIM/RS. A partir das discussões promovidas por representantes de comunidades, entre eles, intelectuais, ativistas no campo da Museologia Social do Rio Grande do Sul, além de membros da equipe técnica do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram/MinC, foi elaborado o conceito de comunidade apropriado pelos membros do COMUF. Assim, o GT constituído estabeleceu que:

A Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias do Rio Grande do Sul (REPIM-RS) entende por comunidades grupo ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero, em especial quando movidas ou organizadas em prol da defesa e promoção do Direito à Memória e à História, assim como a outros tópicos dos Direitos Humanos e Culturais [...].(Carta das Missões, 2012)

O conceito de comunidade construído a partir do II Encontro da REPIM/RS e aqui transcrito denota a existência de um sentimento de pertença dentro dos grupos formados o qual se desdobra na organização em prol da efetivação de políticas públicas estatais assim como na defesa dos Direitos Humanos por meio do empoderamento dos membros comunitários engajados em uma luta comum.

## **Comunidades indígenas: apoio à logística de vinda das famílias Kaingang para a venda de artesanato**

Anualmente, famílias Kaingang se deslocam da região de Iraí para a venda de artesanato no Cassino, 2º subdistrito de Rio Grande. A partir do segundo semestre de

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

2010, o Programa COMUF estabeleceu contatos com as famílias provenientes de Iraí a fim de acompanhar o trajeto realizado anualmente por essas. Além disso, por meio de bolsistas remunerados e voluntários, foi realizada pesquisa junto à comunidade moradora do Cassino para verificar quais as noções apresentadas por estes grupos frente à presença dos indígenas em Rio Grande. Nas falas dos rio grandinos registradas é possível verificar o sentimento de aversão à vinda das famílias e a ideia de que “eles não são daqui”. Essa postura ocasiona o ambiente de tensão no qual os indígenas convivem durante sua estadia no Cassino. A fim de salvaguardar o deslocamento Jê anual em busca de subsistência no litoral, o Programa COMUF, em conjunto com os estudantes indígenas Kaingang acadêmicos da FURG, passaram a atuar no aporte logístico do deslocamento das famílias indígenas para a venda do artesanato durante o veraneio que garante tanto a sobrevivência física quanto a preservação de uma prática histórica fundamental para a manutenção de caros saberes indígenas. O mapeamento das condições de venda de artesanato e habitação vivenciadas pelas famílias resultou na intervenção junto à Prefeitura e ao Ministério Público, resultando na construção de casas em um acampamento de veraneio, localizado no Horto, próximo ao local de venda dos artigos artesanais.

A Universidade Federal do Rio Grande, desde o ano de 2010 criou o Programa de Ações Inclusivas (PROAI) que, entre outros grupos, promoveu a entrada de estudantes indígenas na Instituição. A princípio foram criadas 5 vagas, das quais 2 foram ocupadas nos cursos de Medicina e Enfermagem, por estudantes indígenas aldeados egressos do ensino médio. No ano de 2012, foi realizado na cidade de Rio Grande, o Fórum Nacional de Educação Superior Indígena, 17 e 18 de maio de 2012, que contou com David Copenawa, Mauricio Yekuana, Augusto Kaingang, estudantes indígenas de distintas etnias e universidades do estado e a FURG para discutir o aperfeiçoamento do PROAI. A partir do ano de 2013, as vagas foram ampliadas para 10 distribuídas entre os cursos de Ciências Biológicas - Licenciatura, Direito (Manhã), Educação Física, Engenharia Civil, Enfermagem, Geografia - Licenciatura, História - Licenciatura, Medicina, Pedagogia (Manhã) e Psicologia.



# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## **Comunidades distritais e periféricas: famílias tradicionais negras e comunidades quilombolas**

O Brasil foi o último país a abolir, em 1888, a escravidão das populações negras transmigradas do continente africano. Desde a ocupação territorial, em 1532, até a abolição no século XIX, nosso país teve práticas escravistas (Maestri, 2001). Durante o período escravocrata foram transmigradas quantidades imensas de famílias, comunidades e tribos de origem africana para cá, o que, como apontam diversos autores especializados no tema, influenciou diretamente na formação étnica e cultural da população brasileira. O panorama existente no século XIX nos é apresentado por Walter Fraga na seguinte passagem:

[...] o número de cativos foi sempre representativo no conjunto da população brasileira, sobretudo nas regiões que exportavam gêneros tropicais. No início do século XIX, o Brasil tinha uma população de 3.818.000 pessoas, das quais 1.930.000 eram escravas. Em algumas partes do país, o número de escravos chegou a superar o de pessoas livres. (Fraga, 2009: 45)

Após a proibição do tráfico transcontinental, se intensifica o tráfico interprovincial. No Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, encontramos municípios em que a população de trabalhadores negros escravizados superava ou quase se equiparava ao número de homens e mulheres livres. Por exemplo, no primeiro distrito de Piratini, em 1858, a população cativa era de 1317 enquanto que a de livres era de 1938, da mesma forma no primeiro distrito de Pelotas, havia 3977 livres e 2213 mulheres e homens cativos (Maestri, 2001).

A abolição da escravatura, ocorrida em fins do século XIX foi motivada principalmente pelas mudanças sócio-econômicas pelas quais passava o Brasil. O país precisava modernizar-se e nesse momento o escravizado passa de produto a entrave para o desenvolvimento do país. O processo foi iniciado décadas antes, a partir da urbanização e consequente venda e envio de homens e mulheres negras para regiões rurais, assim como

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

foi intensificado com a política de massiva imigração de europeus os quais receberam porções de terra e passaram a cultivá-las enquanto colonos. Nesse sentido, quando em 1888 foi abolida a escravidão de forma oficial<sup>1</sup>, o número de cativos era pouco representativo.

Com tal composição populacional e desumanas práticas de exploração seculares sobre as populações escravizadas, essas buscaram por diversos meios resistir ao sistema imposto. Revoltas, homicídios, destruição de propriedades e ferramentas de trabalho, suicídios e fugas eram formas de resistência. As fugas, individuais ou em massa, eram recorrentes e ocasionavam a criação de regiões geralmente de difícil acesso e que abrigavam os escravos fugidos. Esta é a definição clássica de quilombos, que remete ao famoso caso de Palmares e à figura de Zumbi.

O conceito de quilombo referenciado acima se diversificou. Há historiadores como João José Reis que apontam a proximidade de alguns quilombos a regiões urbanizadas. O autor aponta para a existência de redes de comunicação e troca que garantiam tanto o abastecimento do quilombo quanto o recebimento de informações que possibilitavam a ciência de eminentes ataques promovidos pelas autoridades da época (Reis, 2009). Atualmente, presenciamos, enquanto pesquisadores, a existência de quilombos que remetem sua formação ao período escravocrata e que seguem reproduzindo práticas ancestrais e meios de organização distintos. No Brasil, o decreto 4.887/03 oficializa o conceito de quilombola enquanto,

---

<sup>1</sup> As leis abolicionistas promulgadas a partir da segunda metade do século XIX, oficialmente libertavam os escravizados pertencentes a determinadas categorias. Foi o caso da Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871 que concedia indenização aos senhores de escravos no valor de até 600\$000 ou de usufruir de seus serviços até os 21 anos de idade. Outra lei abolicionista, de número 3270, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertava homens e mulheres escravizados que chegassem a idade de 60 anos, pelos quais seus ex senhores eram indenizados. O caráter oficial de ambas as leis exemplificadas aponta para a manutenção dos privilégios aos senhores de escravos, que, no caso da Lei do Ventre Livre, estarem assegurados no direito de continuar explorando a mão de obra destes filhos de escravizadas até a maioria invalidando o conteúdo expresso na lei. Sobre os Sexagenários, o que se apreende é que legisla a favor dos senhores, já que esses, além de ficarem isentos de quaisquer responsabilidades sobre a sobrevivência dos anciões ainda recebia indenizações e abonos de dívidas. Além disso, é relevante salientar que com a gradual libertação dos cativos, surge a figura dos criados, os quais eram em geral ex escravos que eram submetidos a práticas muito semelhantes às da escravidão. Elucida-se dessa forma que a oficialidade, de fato, camufla a realocação que o sistema escravocrata sofre a fim de preservar suas práticas de subjugação das populações negras no Brasil.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto 4887/03, art. 2º)

Nesses termos, terras quilombolas são descritas como aquelas sobre as quais os remanescentes de quilombos se estabelecem a fim de promoverem suas práticas culturais e que são utilizadas para “reprodução física, social, econômica e cultural” (Decreto, 2003). O Brasil possui 1800 quilombos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, dentre esses, 80 atestados emitidos foram destinados ao Rio Grande do Sul. Na região em que está inserida a Universidade Federal do Rio Grande, a FURG, existem mapeadas 23 terras de quilombo.

A partir de 2011, o programa COMUF passou a executar o projeto Quilombolas Somos Nós criado a fim de atender à demanda apresentada pela senhora Maria da Graça Amaral. A servidora aposentada da Universidade, durante muitos anos expôs que a sua família apresentava características específicas de uma comunidade quilombola, entretanto nenhum trabalho historiográfico extensionista havia sido realizado até então. A partir de uma ação de visita à senhora Maria Amaral, a mais idosa dentre as matriarcas da família, foram suscitadas diversas demandas de registro áudio visual, pesquisa histórica e reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo. É importante salientar o caráter de reivindicação de direitos, presente nas questões apontadas pelos quilombolas.

A partir desta visita ocorrida em abril de 2011, o grupo de extensão passou a visitar rotineiramente a família Amaral, moradores da Quintinha, na Vila da Quinta, 5º distrito de Rio Grande. Os relatos produzidos pelos familiares atentam para a vinda de Recife, Estado

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

de Pernambuco, de uma mulher escravizada chamada Maria B'gala que aqui deu início à família dos Amaral, conhecida e reconhecida no município como Macanudos. A família, durante extenso período, habitou a região da Quitéria, zona rural da Vila da Quinta, que foi sendo ocupada gradativamente pela dita elite social da época. A partir de então se estabelecem tensões e movimentações imprecisas que foram intensificadas nos anos 1980 as quais levam à saída de suas terras. É nesse sentido que o Programa tem atuado junto às mulheres da família, as quais tomaram a frente do processo e tem acompanhado e promovido as ações de extensão junto ao restante dos familiares. Podemos apontar dois momentos cruciais para o andamento das atividades e envolvimento amplo de agentes, protagonistas comunitários: a Roda de Memórias Quilombolas e a Assembleia Geral Quilombola.

A primeira atividade contou com a presença de membros das famílias tradicionais negras: os Amaral da Vila da Quinta e os Amaral do Arraial em Povo Novo, 3º Distrito de Rio Grande, além do coordenador do Programa, acadêmicos dos cursos de História e de Museologia Social, ativistas pesquisadoras do campo de museologia social e museus comunitários. O momento propiciou a troca de histórias de cada família assim como a rememoração de lembranças partilhadas durante a infância comum. Apreendemos que, por meio deste encontro, a identidade quilombola foi fortalecida e apontada como algo a ser valorizado pelos próprios quilombolas. A segunda ação foi executada a fim de garantir o passo primordial que dá início aos processos de titulações concedidas pela Fundação Palmares: o auto reconhecimento, em Assembleia Geral que conte com a totalidade ou maioria dos membros comunitários. Assim, em 22 de julho de 2012, fez-se o registro em ata da Assembleia na qual foi fundada oficialmente a Comunidade Quilombola dos Macanudos - primeiro quilombo auto declarado de Rio Grande/RS. Tais ações aliadas ao andamento da pesquisa documental e realização de entrevistas não diretivas, tornaram possível o levantamento de informações suficientes para justificar a solicitação de reconhecimento por parte da Fundação Cultural Palmares da comunidade quilombola dos

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Macanudos. Atualmente, estamos em processo de agendamento da visita da FCP à Rio Grande para que seja emitido o título.

Dentre as demandas trazidas a tona pelo acompanhamento da comunidade quilombola dos Macanudos, foi reafirmada a necessidade apontada pelas comunidades quilombolas presentes no X Acampamento Regional de Cultura Afro que ocorre anualmente na região de São Lourenço/RS da criação de um processo diferenciado de entrada dos quilombolas no Ensino Superior. A partir de então o professor Jean Baptista e acadêmicos bolsistas passaram a percorrer determinadas comunidades da metade sul do Estado. As demandas levantadas nas visitas aliadas à pesquisa foram compiladas no Relatório “Geração de vagas específicas para candidatos provenientes de comunidades quilombolas” na FURG. A solicitação justifica-se uma vez que no ecossistema costeiro no qual a FURG está localizada existem 23 comunidades quilombolas reconhecidas pela FCP. Além disso, a iniciativa torna-se mais relevante na medida em que no Brasil ocorreu o avanço por meio da aprovação da lei 12.711/2012 que institui o sistema de cotas sociais com recorte racial nas Universidades Públicas. Entretanto, as comunidades tradicionais não foram contempladas em suas especificidades. O Relatório aponta para as lacunas de aprendizagem e falta de oportunidades de ensino condizentes com a realidade rural e quilombola. Além disso, não podemos perder de vista as características herdadas do período escravocrata que ainda se fazem presentes tanto para a comunidade negra em geral, quanto para os remanescentes de quilombo. Sendo assim, faz-se necessária a geração de um processo específico de entrada para estas populações. Novamente, a Universidade atendendo aos tratados internacionais citados anteriormente promoveu a consulta prévia às seis comunidades quilombolas que se fizeram representar em encontro no Campus Universitário. Foi acordado entre as comunidades que as cinco vagas criadas pela FURG, seriam alocadas nos cursos de História Licenciatura, Medicina, Enfermagem, Direito e Psicologia. A avaliação, aprovação e defesa das vagas específicas junto aos Conselhos Universitários garantiram a criação das vagas específicas para estudantes egressos do ensino médio e provenientes de comunidades quilombolas.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## Comunidade LGBT

No que diz respeito à atuação do grupo junto as questões LGBT podemos pensar na definição da sexualidade elaborada por Michel Foucault. O teórico pensa a mesma como um dispositivo, onde diversas relações de poder se estabelecem de forma complexa: as relações de poder se estabelecem em diferentes direções: o oprimido pode exercer poder em relação ao opressor e vice-versa. Na verdade, o próprio uso de palavras como opressor e oprimido já se situa em um campo de ambigüidades.

Para Foucault, o fato de existir a repressão da sexualidade atesta a sua importância. “Para saber quem és, conheça teu sexo. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa “verdade” de sujeito humano.” (FOUCAULT, 2010, p.229). Assim, em uma sociedade heteronormativa, os homossexuais se encontram a deriva, pois configuram um desvio.

O trabalho do COMUF no eixo LGBT se desenvolveu a partir da vivência universitária. A constatação da existência de episódios de discriminação no campus da universidade pôde ser percebida através, por exemplo, de textos que pregam o preconceito em virtude da orientação sexual, escritos nas portas dos banheiros, tanto femininos quanto masculinos.

Através do grupo, surgiu o debate da criação de uma disciplina de história da homofobia. Em maio de 2011 uma roda de conversa reuniu alunos, funcionários e professores de diversos cursos e setores da universidade, bem como de membros externos à mesma. Este foi um momento de articulação muito importante para o movimento, onde pessoas que compartilhavam das mesmas lutas puderam colocar suas ideias para o grande grupo.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

No dia 28 de junho, Dia mundial do orgulho gay, foi realizada uma manifestação em conjunto com a comunidade universitária no Centro de Convivência, local de grande fluxo de pessoas no campus. O evento focou-se na confecção de uma bandeira com as cores do arco-íris, símbolo da comunidade LGBT, que junto de cartazes de denúncia da violência por discriminação sexual e de fotos de pessoas importantes para o meio LGBT ocupou o espaço acadêmico. Também se procedeu a recolha de assinaturas em favor de duas petições: o PLC 122, projeto de lei que criminaliza a homofobia, e a outra dirigida a reitoria da universidade solicitando posicionamentos e atenção á causa LGBT. A ação tomou grandes proporções, contando com o auxílio de diversos membros da comunidade acadêmica que inclusive, participaram da construção da bandeira.

Obviamente, a ação não passou despercebida por aqueles que discriminam os LGBT. Chama a atenção o tempo que a bandeira permaneceu no centro de convivência: apenas um dia. Ela foi encontrada no lixo e mesmo tendo sido posta em seu lugar novamente, mais uma vez foi retirada e desapareceu. Este episódio chama a atenção para a existência do preconceito na universidade assim como as pichações anteriormente citadas, de forma a organização de um movimento começou a ser percebida. A partir daí, o COMUF pode contar com a parceria do Camaleão – Coletivo universitário de diversidade sexual e igualdade de gênero. Um dos momentos dessa parceria foi a participação do evento Geribanda, que ocorre anualmente na FURG. Foi desenvolvida uma instalação artística que evocava a metáfora do armário, assim como oficinas e espaços de debate e uma apresentação de teatro fórum. Neste evento participaram também os outros eixos do Programa.

O COMUF apoiou o processo de adoção do nome social de travestis e transexuais e participou das discussões sobre a sua implementação junto à universidade, que já havia sido enviado pelo grupo de pesquisa sexualidade e Escola – GESE e a implementação da disciplina Gênero e sexualidade nos Espaços educativos (optativa) para todas as licenciaturas.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## **Conclusões**

O Programa Comunidades FURG em Defesa do Patrimônio Comunitário tem, por meio da promoção do protagonismo, estabelecido espaços em que as comunidades se empoderam no processo de luta cotidiana em prol da efetivação dos direitos conquistados historicamente. Os membros comunitários durante um extenso período tiveram seus saberes explorados e considerados enquanto objetos de estudos na elaboração de um conhecimento hierarquizado, restrito e que permitia a alienação de noções de responsabilidade social. Hoje, por meio da conquista e retomada dos espaços de direito, quilombolas, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros são os agentes principais na construção de um conhecimento multivocal, plural, heterogêneo, democrático e que não se circunscreve apenas no intramuros das Universidades. Pelo contrário, os saberes produzidos devem promover a formação de universitários engajados, conscientes de que fazem parte de uma comunidade, seja essa formada por laços de parentesco, vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero.

## **Bibliografia**

FRAGA, Walter; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de (2009). Uma história da cultura afro-brasileira. São Paulo: Moderna.

GOHN, Maria da Glória (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar.





MAESTRI, Mário (2001). O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho. Passo Fundo: UPF.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2008). A universidade no século XXI. Para uma universidade nova. Coimbra: Edições Almedina.